

OS CONTEXTOS SOCIOPOLÍTICO DOS CICLOS DE GOVERNO PRESIDENCIAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIROS ENVOLTOS A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lauren Pieta Canan¹

Claudecir dos Santos²

O Estado Democrático de Direito no Brasil está promulgado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Junto a esse modelo, a referida Constituição traz consigo a busca pela garantia Direitos sociais, como o Direito a Educação (DA SILVA, 1988). E, propõe a organização de Políticas Públicas que atuem como objeto dos Direitos, através de ações concretas do Estado a serem realizadas para a sustentabilidade ou obtenção do Status de Estado Democrático de Direito (DUARTE, 2004), como é o caso da Política Educacional e seus desdobramentos. Um elemento importante nesse cenário é a Política de Formação de Professores, que deve ultrapassar o cenário da formação técnica e contemplar um processo formativo que proporcione um ambiente de emancipação, cidadania e justiça social. Tanto na formação, quanto na atuação do professor para a efetivação de um campo Educacional capaz de transformar a realidade posta e se alinhar com a função social da Instituição Estatal brasileira (MORAIS, 1998).

A Política de Formação de Professores quando compreendida em um Campo de disputa permanente, o Educacional, deve ser refletida não apenas nas entrelinhas da sua execução ou aplicação, mas também no seu processo de desenvolvimento envolto a aspectos históricos, sociais e políticos. Elementos que influenciam na direção e objetivos para a construção de uma *Política*, n qual, esta é diretamente impactada por embates envolvendo interesses públicos e privados, e no *tensionamento* entre valores democráticos e tendências conservadoras-autoritárias, daí a importância em perceber os diferentes contornos das políticas educacionais em cada Ciclos de Governo do Estado Democrático de Direito brasileiro.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó/SC. E-mail: laurenpietacanan@gmail.com

² Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó/SC. E-mail: claudecir.santos@uffs.edu.br

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Em consequência disso, e em função da necessidade de investigações científicas que reflitam os contextos dessa Política, o presente trabalho tem por objetivo descrever o desenho sociopolítico envolto a Política de Formação de Professores nos Ciclos de Governo presidenciais do Estado Democrático de Direito Brasileiro. O estudo de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico, é recorde de uma dissertação em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na linha de Políticas Educacional e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A proposta apresentada busca encontrar respostas, mesmo que provisórias, sobre aspectos recorrestes nos Ciclos de Governos do modelo de Estado já citado, desde a Constituição de 1988.

Para a análise dos projetos políticos de cada Ciclo, optou-se pelos Ciclos de Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), uma vez que compreende-se que é a partir de meados da década de 1990 que o cenário das Políticas Públicas torna-se mais efetivo (OLIVEIRA, 2011), e através deles acreditamos ser possível compreender como agem as correlações de forças sociopolíticas empregadas nas ações concretas do Estado e na defesa e/ou ataque a Constituição Nacional (TEIXEIRA, 2007).

Conforme veremos, em cada Ciclo a Política de Formação de Professores assume características próprias daquele período e passa a ser desenvolvidas, implementada e executadas a partir da Política Educacional (projeto político para a Educação), adotada naquele momento específico relacionada e influenciada pelos atores sociais que detêm o poder e delimitam as regras do Campo Educacional, através do Capital dominante (MATTEDI, 2006). Em um breve esboço, vejamos as características principais da cada Ciclo, a fim de compreender o contorno sociopolítico que se delineia o Campo Educacional e, em consequência, a Política de Formação de Professores de cada período.

O Ciclo de Governo de Fernando Henrique Cardoso que perdurou entre 1995 a 2002 (eleito por dois mandatos) apresenta-se como um período de amplas reformas assumindo um programa a nível global estimulado por aspectos filosóficos da ideologia Neoliberal. Nesse período, entre as ações desenvolvidas, duas se destacam em um âmbito mais geral o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995 e na Emenda Constitucional nº

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

19 de junho de 1998. Ambas impactaram direta ou indiretamente educação brasileira, pois tornaram possível a relação público-privada estimulando a competitividade do mercado e a defesa da liberdade individual de “acesso” ao “direito” (serviço), em que ocorre a minimização do Estado e o amplo processo de descentralização da educação (PERONI, 2018). A exemplo disso temos a Lei de Diretrizes de Bases de 1996 (LDB/96), que alterou a configuração da relação entre Estado e Entes Federados com influência direta de organismos internacionais no desenho de sua Política Educacional (OLIVEIRA, 2011).

Em 2003, quem inicia seu Ciclo de Governo é Luiz Inácio da Silva (LULA), impulsionado pelos anseios progressistas do país, esse Ciclo perdura até 2010. O Ciclo Lula apresenta características do Social Desenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo, teoria econômica do Sistema Capitalista que se opõe ao Neoliberalismo. As ações do Social Desenvolvimentismo, buscam um Estado forte através da articulação entre o econômico e social, que coordena simultaneamente políticas econômicas, fiscais e de proteção social (DE FREITAS; SILVA, 2016). A Política Educacional nesse sentido, e em consequência a Política de Formação de Professores assumiram um caráter mais nacional com forte conotação assistencialista, a fim de dar conta de dívidas histórias do cenário Educacional brasileiro em todas as modalidades de Ensino (OLIVEIRA, 2009). No entanto, as rupturas do Ciclo anterior foram poucas e a conotação Neoliberal assumiu nas entrelinhas a direção e execução de várias ações, como a exemplo do Plano de Ações Articuladas (PAR), que visava uma estratégia de planejamento das políticas de educação com o objetivo de estimular a oferta, melhoria das condições de ensino e permanência. O que por um lado promoveu a educação como direito do indivíduo e dever do Estado, e em contraponto estimulou a relação Público-privada (DE FREITAS; SILVA, 2016).

Em 2011 o Ciclo Dilma Rousseff inicia-se em sucessão ao seu companheiro de partido Lula, e continua até 2016, quando a mesma sofre impeachment ocasionado por um golpe resultante da crise política no país. O Ciclo Dilma em termos gerais seguiu também a concepção do Social Desenvolvimentismo, articulando suas ações ao desenvolvimento social e econômico, como forte participação de movimentos sindicais, associações e organizações (BOITO JR, 2012). No campo Educacional esse Ciclo estabeleceu grande investimento no Ensino Profissionalizante, por meio do PRONATEC e seus desdobramentos, assim como no

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Ensino Superior como o estímulo ao PROUNI e FIES elevando a possibilidade de financiamento e bolsas. Outro aspecto interessante desse momento é o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estabeleceu metas para os próximos 10 anos a serem alcançadas (LIMA, 2012). No entanto, mesmo com projetos que visavam a expansão da oferta de ensino e acesso da população, novamente o Neoliberalismo consegue se estabelecer pela relação público-privada tanto no PNE como o Todos pela Educação, quanto no Ensino Profissionalizante e Superior com a possibilidade de oferta e execução do Direito à Educação como Serviço na rede privada e empresarial (SAVIANI, 2018).

O último Ciclo estudado nesse trabalho, o de Michel Temer perdura entre 2016 a 2018. Temer, antes vice-governador, assume agora o Governo, em concordância com o Golpe a Presidência da República (BOITO JR, 2012). A projeto de Temer em todos os seus segmentos volta-se novamente ao caráter neoliberal. O período é marcado por Políticas autoritárias, conservadoras e de retrocessos, um horizonte de descontinuidades ao que vinha a ser seguido nos dois Ciclos anteriores (SAVIANI, 2018). Mesmo em um período curto a frente do Estado Democrático de Direito Brasileiro a governo Temer conseguiu reorganizar o Campo Educacional aos interesses do mercado, com a aprovação da PEC n.242, que congelou os gastos da Educação por 20 anos, a legitimação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabeleceu o regime de habilidades e competências e a promulgação da Lei do notório saber que desobriga a formação em Licenciatura para atuação em sala de aula (OLIVEIRA; SOUZA; PERUCCI, 2018). Desta forma, esse Ciclo restabeleceu a Política de mercado e descentralização oriunda do governo FHC e trouxe a tona o Neoliberalismo das entrelinhas dos períodos anteriores, com ações muito mais agressivas a função social do Estado, estimuladas por reformas e cortes orçamentários que favoreceram os setores privados que viram no cenário educacional uma fonte de investimentos e rendimentos (SAVIANI, 2018)

O contexto exposto em cada Ciclo de Governo presidencial influencia diretamente na Política de Formação de Professores. A Política Educacional e o projeto político assumido por cada governante reflete de forma direta em como e para que a Formação de Professores é pensada e desenvolvida. Dessa forma existe a necessidade de uma investigação analítica e crítica constante do contexto sociopolítico em que essas ações têm sido desenvolvidas desde o

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE^d
Programa de Pós-Graduação
em Educação

contexto mais geral do cenário educacional, passando pela Política de Formação, até a forma como o sistema educacional é pensado e organizado (FREITAS, 2007).

Isto posto, destaca-se a necessidade dessa relação entre o modelo de Estado, os Ciclos de Governo, o projeto político assumido e seus resultados em relação da Política de Formação de Professores. Todos esses elementos são parte do horizonte do campo da Educação e devem ser levados em conta ao analisarmos determinado projeto, plano e Lei implementada. A busca por uma Política Global de Formação de Professores é fruto dos embates do contexto em que essa está inserida e precisa ser compreendida como processo histórico e sociopolítico.

Palavras-chave: Política de Formação de Professores. Estado. Governo. Política Educacional.

REFERÊNCIAS:

BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico, São Paulo, FGV 2012

DA SILVA, José Afonso. O estado democrático de direito. **Revista de direito administrativo**, v. 173, p. 15-24, 1988.

DE FREITAS, Cecília Carolina Simeão; DA SILVA, Marcelo Soares Pereira. O Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 1, p. 69-88, 2016

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

FREITAS, Luiz. Em direção a uma política para a formação de professores. **Em aberto**, v. 12, n. 54, 1992.

FREITAS, Helena Costa Lopes de et al. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, 2007.

HÖFLING, ELOISA DE. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 2, 2012.

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

MORAIS, José Luis. **Do direito social aos interesses transindividuais:** o estado e o direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, v. 1, p. 244, 1996.

OLIVEIRA, B. R. de; SOUZA, W. M. de; PERUCCI, L. S. Política de formação de professores nas últimas décadas no Brasil : avanços, desafios, possibilidades e retrocessos. **Roteiro**, Joaçaba, v. 43, Edição Especial, p. 47-76, dez. 2018

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 2, 2009

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica em crise:** uma exploração hermenêutica da construção do direito. Livraria do Advogado Editora, 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das

Programas organizadores

